

# Encontro Solidariedade

## Casa do Alentejo



Pelo Cumprimento das Leis!

Em solidariedade com os camaradas  
alvo de processos!

No passado dia 4 de Setembro, as APM's (ANS, AOFA e APA) realizaram um encontro na Casa do Alentejo, que visava, denunciar o incumprimento das Leis bem como manifestar a sua solidariedade para com os camaradas alvo de processos. Este encontro que contou com o apoio da EUROMIL, representada pelo Presidente da Direcção Emmanuel Jacob. Associaram-se a este encontro também algumas associações internacionais. Umaz fazendo-o presencialmente outras enviando mensagens de solidariedade.

Também os deputados do Parlamento Europeu, expressaram a sua solidariedade para com os militares alvo de processos disciplinares por exercerem e defenderem os legítimos direitos dos membros das forças armadas em Portugal.

De facto, na generalidade dos países da Europa, vão sendo levantadas progressivamente as medidas restritivas às liberdades, Direitos e Garantias dos seus Cidadãos em uniforme, enquanto em Portugal, ao invés, assistimos diariamente ao agravar claro das restrições ao pleno exercício de cidadania e à tentativa de imposição de uma absurda e servil obediência por conta de convicções dos que se arrogam representar uma maioria, relembrando um passado recente de

imposições e medidas inquisitórias ao qual o povo teve de pôr um fim.

Sentida a urgência, no âmbito da desagradável e incomodativa experiência recente e do ambiente antagonista que viveu, a tutela viu-se forçada a ter de condenar os actos e a suprimir a todo custo esta voz paralela mas agora dissonante, tarefa contudo difícil porque limitada pelas regras do estado de direito. No entanto tratou de apressar esse mecanismo de controlo que é o Estatuto do Dirigente Associativo, incluindo nele todas as restrições possíveis e aplicáveis aos dirigentes enquanto militares e por arrasto a todos os militares no seu direito de livremente pensar, escrever ou dizer, apenas para que possa consolidar suas vontades.

Em função de propósitos imediatos na esfera dos seus objectivos, a tutela relega assim para ultimo plano as recomendações que vêm sendo feitas neste âmbito ao longo dos últimos 25 anos, pelo Parlamento Europeu, pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, sobre os «Direitos Humanos dos Membros das Forças Armadas», de 11 de Abril de 2006, onde se «(...) considera que os membros das forças armadas são cidadãos em uniforme que devem usufruir das mesmas liberdades fundamentais, incluindo as estabelecidas na Convenção Europeia de Direitos Humanos e na Carta Social Europeia e terem a mesma protecção dos seus direitos e dignidade que têm quaisquer outros cidadãos (...)\», pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, a Carta Social da Europa e a Convenção Europeia de Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais, e esquece o quão se aproxima a passos largos a implementação da Entidade Comum de Defesa e Segurança Europeia e da sua Força de Reacção Rápida, onde os militares Portugueses, tal a sua boa prestação e operacionalidade no âmbito da NATO, serão certamente integrados.

Como Portugueses e como militares, não procuramos uma esmola, procuramos sim aquilo que nos assiste por direito próprio, como o pensamento e a voz que jamais nos roubarão, procuramos fazer ouvir toda a verdade que queira ser ouvida como o apelo para que se cumpra o que no parlamento se decide, só assim Portugal poderá respirar a Democracia. X

